

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.859.718 - SC (2020/0020628-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE** : NIRLEI TORRES  
**ADVOGADO** : JOÃO PAULO COLOMBO CARDOSO - SC028241  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por NIRLEI TORRES, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Consta nos autos que o recorrente foi condenado nas sanções do artigo 171, § 3º, do CP, à pena de 1 ano e 4 meses de reclusão, em regime aberto, e 39 dias-multa. Posteriormente, houve a substituição da pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direito, consubstanciada em prestação pecuniária de R\$ 2.000,00 e prestação de serviços à comunidade pelo prazo fixado na pena. Em grau de apelação, o Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso da defesa, conforme a seguinte ementa (e-STJ fls. 290):

*PENAL. ARTIGOS 171, § 3º, DO CÓDIGO PENAL. ESTELIONATO MAJORADO. PREVIDÊNCIA SOCIAL. INSS. APOSENTADORIA ESPECIAL. UTILIZAÇÃO DE DOCUMENTO IDEOLOGICAMENTE FALSO. RECEBIMENTO IRREGULAR DE RECURSOS PÚBLICOS. MATERIALIDADE, AUTORIA E ELEMENTO SUBJETIVO COMPROVADOS.*

Nas razões do recurso especial, o recorrente alega violação dos arts. 381 e 387 do CPP, alegando que "ao determinar a substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, não fundamentou e nem demonstrou os critérios para fixação da pena pecuniária." (e-STJ fl. 309)

Alega que "Verificamos que o Juízo de 1º Grau ao aplicar o artigo 44 do CP, e determinar a substituição da pena de liberdade para a pena restritiva de direitos deixa de apresentar os seus critérios que levaram a arbitrar a pena pecuniária no valor de R\$ 2.000,00. Como no trecho destacado apenas há

a imposição do valor, se apontar os critérios utilizados para chegar ao valor arbitrado, não há fundamentação legal para justificar o valor descrito." (e-STJ fl. 315).

Sustenta, ainda, que, "o Acórdão é falho ao silenciar sobre a "dosimetria" da pena pecuniária imposta ao recorrente." E ainda, "desta forma é evidente que há nulidade na Sentença e no Acórdão quando não expostos os fundamentos e critérios para arbitrar a pena pecuniária no patamar de R\$ 2.000,00." (e-STJ fl.316).

Requer o provimento do recurso especial para declarar a nulidade da sentença e do acórdão na parte referente à substituição da pena por falta de fundamentação.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 331/340), o recurso foi admitido (e-STJ fl. 343), manifestando-se o Ministério Público Federal pelo seu provimento, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 358):

*RECURSO ESPECIAL. CRIME DE ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO (ART. 171, § 3º, DO CP). SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. VALOR. IMPOSSIBILIDADE. ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA. SÚMULA 7/STJ.*

*- Nos termos do art. 44 do Código Penal, para que presente o direito à substituição da pena corporal por restritiva de direitos, necessário o preenchimento de requisitos objetivos e subjetivos.*

*- No caso em tela, diante das circunstâncias do caso concreto, com base na discricionariedade que cabe ao julgador na dosimetria da pena, as instâncias ordinárias entenderam adequada a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, consistente na prestação pecuniária, no valor de R\$ 2.000,00, como a mais adequada aos fins a que se destina a pena.*

*- Parecer pelo não provimento do recurso especial.*

É o relatório. **Decido.**

O recurso é cabível, tempestivo e a matéria foi devidamente

prequestionada.

No mérito, verifico que a irresignação não merece prosperar.

Segundo o art. 44 do CP, as penas restritivas de direitos substituem as privativas de liberdade, quando: (i) aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos; (ii) o réu não for reincidente em crime doloso; (iii) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

Quanto à substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, a Corte de origem assim fundamentou a prestação pecuniária no valor estipulado pelo juiz sentenciante (e-STJ fl. 301):

*O apelante nada requer acerca da dosimetria, até porque a pena privativa de liberdade e a pena de multa foram fixadas no patamar mínimo legal.*

*Deste modo, não há qualquer reparo a ser realizado nesta instância.*

*A substituição da pena privativa pelas restritivas de direitos deve ser mantida, conforme operada na origem. No ponto, em relação à pena substitutiva de prestação pecuniária, não vislumbro qualquer excesso ou desproporção. No caso em análise, as circunstâncias e particularidades específicas do estelionato justificam, de modo suficiente, o arbitramento da pena pecuniária de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).*

Verifico que está corretamente justificado o valor definido pelas instâncias ordinárias a ser adimplido pelo recorrente, não havendo excesso ou desproporção na sentença, pois trata-se de crime de estelionato previdenciário no qual o recorrente, *em detrimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), porquanto, consoante denúncia, com vistas ao recebimento de vantagem ilícita, o réu utilizou documento de Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) ideologicamente falso para auferir,*

*fraudulentamente, o benefício previdenciário (e-STJ fl. 293). Nesse contexto, desconstituir as conclusões alcançadas pelas instâncias ordinárias, com fundamento em exame exauriente do conjunto fático-probatório carreado aos autos, no intuito de abrigar a pretensão recursal de redução do valor da prestação pecuniária, com base na alegada nulidade por ausência de fundamentação pelas instâncias de origem, demandaria necessariamente aprofundado revolvimento do conjunto probatório, providência vedada em sede de recurso especial. Incidência da Súmula n. 7/STJ.*

A propósito:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DESCLASSIFICAÇÃO PARA FORMA PRIVILEGIADA. IMPOSSIBILIDADE. PREJUÍZO SUPERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. EXCLUSÃO DA MAJORANTE PREVISTA NO ART. 171, § 3º, DO CP. ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. DELITO PRATICADO CONTRA ENTIDADE DE DIREITO PÚBLICO. PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. REDUÇÃO DA PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. INADMISSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.*

*[...] 4. A redução do montante fixado de prestação pecuniária demanda reexame fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.*

*5. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 1283341/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 11/6/2019, DJe 25/6/2019).*

*PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME AMBIENTAL. ART. 40 DA LEI 9.605/98. VALORAÇÃO NEGATIVA DAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. QUANTUM DE AUMENTO DA PENA-BASE PROPORCIONAL. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. QUANTUM DE REDUÇÃO DA PENA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. DESPROPORCIONALIDADE DA PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. VALOR FIXADO COM BASE NA CAPACIDADE ECONÔMICA DOS RÉUS. PLEITO DE REDUÇÃO. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA*

**7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.**

[...] 6. Fixado o valor da prestação pecuniária com base na condição econômica dos réus, rever as conclusões das instâncias ordinárias sobre a matéria demandaria necessariamente nova análise do material fático-probatório dos autos, providência inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 desta Corte.

7. Outrossim, "nos termos do § 1º do artigo 45 do Código Penal, a finalidade da prestação pecuniária é reparar o dano causado pela infração penal, motivo pelo qual não precisa guardar correspondência ou ser proporcional à pena privativa de liberdade irrogada ao acusado." (AgRg no REsp 1.707.982/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 19/4/2018, DJe 27/4/2018).

8. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 760.286/PR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 6/6/2019, DJe 11/6/2019).

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO (ART. 14 DA LEI N. 10.826/2003). PENA SUBSTITUTIVA. ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA À FINALIDADE REPARADORA DA SANÇÃO PENAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE. DESPROPORCIONALIDADE. VERIFICAÇÃO INVIÁVEL POR AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS. PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. CAPACIDADE ECONÔMICA DO APENADO. VERIFICAÇÃO. NÃO POSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

1. A pena substitutiva não perde seu caráter sancionatório e deve ser adequada e suficiente a atingir a finalidade reparadora da reprimenda. A sua escolha não se submete à conveniência do sentenciado, embora deva ser observada a capacidade/razoabilidade de ser cumprida.

2. A defesa presume que toda e qualquer modalidade de prestação de serviços à comunidade a ser imposta ao acusado será desproporcional, o que não é aceitável, pois ainda não foram definidos os parâmetros objetivos da medida, que pressupõe algum esforço por parte do apenado.

3. O exame sobre a capacidade econômica do réu, para fins de diminuição do valor estipulado da prestação pecuniária (dois salários mínimo divididos em até seis vezes) seria inviável, no âmbito do recurso especial, pelo disposto na Súmula n. 7 do STJ.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 1237666/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 30/5/2019, DJe 6/6/2019).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento ao recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de março de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator